



www.iese.ac.mz

“Paradoxos” da Economia de Moçambique – modo de acumulação extractivo como método de explicação

Carlos Nuno Castel-Branco
com colaboração de
Carlos Muianga, Oksana Mandlate e Rogério Ossemane

**Academia de Ciências de Moçambique
Conferência Preparatória da VII Sessão do Plenário
Maputo, 26 de Julho de 2012**

Estrutura da Apresentação

- Discussão sobre o método e o papel da Academia de Ciências (slides 2-16)
- “Paradoxos” da economia de Moçambique (17-23)
- À procura de explicações para os paradoxos (18-30)
- Modo de acumulação de capital como quadro analítico que explica o funcionamento da economia de Moçambique – a “economia extractiva” (31-49)
- Implicações para redistribuição do rendimento (50-62)
- Apêndice: respostas a algumas questões do debate (63-71)
- Bibliografia de consulta (72)

Discussão sobre o método e o papel da Academia de Ciências

- Quando a Academia de Ciências de Moçambique (ACM) nos convidou para dar esta palestra, sugeriu um tema sobre recursos minerais e distribuição do rendimento que terminava com “...e o papel da ACM”, isto é, o papel da ACM na sequência do nosso argumento sobre o tema.
- Em vez disso, preferimos começar a apresentação explicando a nossa concepção sobre o papel da ACM. Porquê?
 - AACM não é um mero instrumento de implementação de argumentos – logo, a lógica habitual em que ao argumento se segue o papel da instituição na implementação desse argumento não serve para a ACM. Não se pode pensar na Academia de Ciências (nem na academia, nem nas ciências) apenas do ponto de vista instrumental e funcional, que traz respostas para as perguntas formuladas por outros, ou que faz contributos no contexto das problematizações ou argumentos exógenos.
 - Sendo “Academia”, o seu papel é, em primeiro lugar, criar o ambiente académico para formular as perguntas, as interrogações, dar forma científica ao desconforto com as explicações, informação e verdades estabelecidas, pensar em como pensar e como investigar, que informação obter e como lhe dar forma e expressão analíticas, questionar as respostas apontando para novas perguntas, inconsistências e paradoxos. Se a ACM se limitar a responder a perguntas dadas como inquestionáveis por qualquer que seja a razão, então deixa de ser academia e passa a ser um gabinete de estudos ou um super computador (com a agravante de o super computador ser mais rápido, ter menos egos complicados para gerir e não se perder em *loops* intelectuais).

Discussão sobre o método e o papel da Academia de Ciências

- É evidente que a ACM não pode ser uma torre de marfim – ela tem de pensar nas perguntas que o Mundo coloca, mas tem que fazê-lo consciente que “realidade” é menos o produto do directamente observável do que do método de observação que permite compreender o que está sendo observado. Em ciências sociais, “realidade” adquire uma dimensão social – que realidade, para quem, em que dimensão histórica?
- Por exemplo, a pergunta “como combater a pobreza?” não tem resposta científica possível porque não é uma interrogação científica do problema em questão, não é uma abordagem científica da “realidade”, não é cientificamente investigável directamente. É uma pergunta política que reflecte uma preocupação social, mas que não formula essa preocupação cientificamente. Logo, não há uma resposta científica directa para esta pergunta, mesmo que muitos cientistas possam ter as suas opiniões pessoais sobre o assunto (se forem cientistas, vão saber distinguir entre as suas opiniões e preconceitos pessoais sobre a questão, que todos temos, e uma formulação científica da questão).

Discussão sobre o método e o papel da Academia de Ciências

- Ao receber tal pergunta, a questão que a Academia se deve colocar, em primeiro lugar, é quais são os fundamentos científicos e empíricos da pergunta, se a pergunta é válida no sentido de formular as questões de forma investigável cientificamente, como reformular o problema e as questões relacionadas, e como prosseguir com a investigação. O problema pode não ser “pobreza” nem, por consequência, “como combatê-la”.
- “Pobreza” é um conceito demasiado amplo e vago para ser directamente investigável. No fim, é sempre usado um indicador, ou um conjunto de indicadores como aproximações (*proxy*) do conceito “pobreza”. Esta *proxy* reflecte preconceitos e juízos de valor sobre o que causa ou como se reflecte pobreza, e a investigação sobre “soluções” é dominada por esses preconceitos.

Discussão sobre o método e o papel da Academia de Ciências

- Por exemplo, se acesso a riqueza for identificado com um preconceito que assume que esse acesso é determinado por características individuais (e não sociais) relacionadas com “acumulação de características positivas que dão valor ao indivíduo”, então pobreza será, logicamente, definida como déficit destas características (por exemplo, um déficit de educação, de saúde ou outras características que formam o chamado “capital humano” que o indivíduo poderia usar para se valorizar no mercado). Deste individualismo metodológico vem tanto o conceito “capital humano” como o preconceito “pobreza é falta de capital humano no indivíduo”. Há um leque largo de formulações mais ou menos complicadas de pobreza, mas o enfoque analítico em pobreza tende a dirigir o debate para a “acumulação de características positivas pessoais”, ou *capital humano*, deixando de lado o estudo dos processos sociais, políticos e económicos envolvidos em quaisquer que sejam os aspectos ligados ao conceito “pobreza” que o analista quer investigar.

Discussão sobre o método e o papel da Academia de Ciências

- Neste contexto, o debate sobre *soluções para* ou *combate à* pobreza pode variar entre “eliminar o déficit, directamente, fornecendo a característica em causa” [investimento na saúde, educação, etc., assumindo que em si este investimento reduz pobreza porque (outra assumpção) “aumenta o *capital humano*” do indivíduo] ou “eliminar as causas do déficit”. Qualquer um destes argumentos pode ser desenvolvido em torno do papel do Estado ou do mercado, de processos políticos ou instituições políticas, género ou intergeracionalidade, etc., dependendo das construções teóricas do autor.

Discussão sobre o método e o papel da Academia de Ciências

- Alternativamente, se a questão “pobreza” for equacionada ou formulada em termos das dinâmicas, estruturas e relações sociais e económicas de produção e distribuição em contextos históricos específicos – em vez da simples descrição de características directamente observáveis, como educação, saúde e alimentação – então “pobreza” não será investigada em termos da “escassez (ou défice) de características individuais (ou capital humano)”, mas em termos dessas dinâmicas, estruturas e relações sociais que, no contexto histórico da construção do capitalismo, se referem ao modo de acumulação de capital. A resposta resultante desta formulação social das questões de investigação muito provavelmente não vai ser “como combater a pobreza”, mas quais são as questões sociais, porque são sociais (e o que significa ser social), como explicam o problema em questão (seja ele distribuição do rendimento real ou outro), como é que se relacionam entre si, as contradições que geram ou de que fazem parte, e que implicações têm para diferentes opções de política pública – ou as implicações que diferentes opções de política pública têm para as questões em análise.

Discussão sobre o método e o papel da Academia de Ciências

- Embora não oferecendo, directamente, um plano final e inquestionável de combate à pobreza (o que, aliás, não é vocação da academia de ciências), provavelmente esta resposta poderá ser mais interessante, informativa, consistente e útil para a efectiva compreensão e tratamento do problema que causa os fenómenos observáveis e descritíveis como “pobreza”, pois explica-os numa perspectiva social e histórica, e, partindo dessa explicação, problematiza diferentes cursos de acção e os seus processos e implicações políticos e sociais.
- Na sequência lógica desta nossa abordagem sobre a Academia de Ciências, entendemos que deveríamos abordar o nosso tema olhando para aquilo que são contradições observáveis do processo de acumulação económica e os problemas com as tentativas de explicação dessas contradições. Esta dificuldade de explicar as contradições inerentes ao modo de funcionamento da economia transforma essas contradições em “paradoxos”.
- Esta abordagem leva-nos aos fundamentos do debate e do nosso argumento sobre economia extractiva. Portanto, a nossa intenção não é trazer uma “leitura dos factos”, uma “receita para os problemas” e uma “tarefa para a Academia de Ciências”, mas fazer uma apresentação sobre que problematize a maneira de pensar e explicar as contradições inerentes ao processo de formação do capitalismo em Moçambique e, por via dessa explicação, abre opções de mudança.

Discussão sobre o método e o papel da Academia de Ciências

- Assim, o foco desta apresentação não é “como combater a pobreza com recursos naturais”, mas como pesquisar e entender o funcionamento da economia de Moçambique e o enquadramento da questão da pobreza e dos recursos naturais nessa economia, e as implicações que esse entendimento tem para a discussão de questões mais específicas.
- Em outras palavras, queremos discutir a economia de Moçambique a partir de perguntas cruciais que se possam fazer sobre como funciona essa economia, e queremos igualmente discutir como é que podemos identificar quais perguntas são cruciais – as que dizem respeito à explicação das contradições do processo de acumulação.
- Trazemos, pois, uma análise diferente, que pretende romper com métodos de análise da economia moçambicana mais tradicionais, que não só não conseguem explicar como é que a economia de Moçambique funciona de uma certa maneira e porque é que gera as contradições que lhe são peculiares, como também não têm nem capacidade de se auto-criticar, nem de oferecer alternativas para além de receitas fragmentadas que se baseiam mais “no que falta” (naturalmente determinado por algum juízo de valor sobre o que deveria existir) do que na tentativa de perceber e transformar o que existe.

Discussão sobre o método e o papel da Academia de Ciências

- Ao fazer esta discussão, partimos do observável – o que é que existe, que contradições se manifestam e quais as que não são explicadas pelas percepções existentes – para chegar ao analítico – qual é a “explicação” para o que existe e para estas contradições, olhando para a economia e para as suas contradições como uma unidade e não como fragmentos inconsistentes.
- Isto é, a partir da observação de fenómenos não obviamente relacionados tentamos construir um fio condutor comum que nos permite perceber esses fenómenos no quadro de um processo económico completo com dinâmicas consistentes com as suas particularidades históricas.

Discussão sobre o método e o papel da Academia de Ciências

- Na essência, queremos discutir o processo historicamente específico de formação do capitalismo contemporâneo em Moçambique, o que necessariamente implica encontrar o fio condutor comum que explica a natureza e características do processo de acumulação de capital. Para dizer alguma coisa sobre o capitalismo em Moçambique, e antes que os preconceitos de cada um se manifestem sobre o capitalismo moçambicano, é preciso entender como ocorre a acumulação de capital em Moçambique e porquê, e como é este processo de acumulação se relaciona com o conjunto das relações e instituições sociais, económicas e políticas.

Discussão sobre o método e o papel da Academia de Ciências

- O quadro analítico que vai ser discutido deve explicar as grandes contradições que se manifestam na economia, nomeadamente no que diz respeito às associadas com a contradição central entre acumulação de capital e formação das classes capitalistas nacionais, por um lado, e a construção de uma base alargada de desenvolvimento que elimine a pobreza, por outro lado.
- E esta explicação deve ser consistente com a informação e com cada uma das particularidades e segmentos da economia. Deve evitar ser dominada por preconceitos e, se recorrer a eles, terá de os explicar. Finalmente, deverá unir processos (não apenas instituições, mas processos) económicos, sociais e políticos num único processo. Isto é, deve poder não só olhar para agentes, ligações e instituições, mas sobretudo deverá entender a relação entre eles.

Discussão sobre o método e o papel da Academia de Ciências

- Qualquer tentativa de explicação é sempre uma simplificação analítica da realidade, sensível a um paradigma de abordagem. Há pouco que se possa fazer sobre isto, além de verificar: o poder explicativo do paradigma para as contradições que a abordagem pretende explicar, a consistência da explicação com a informação e com a totalidade do processo em análise, a relevância histórica específica e a consistência dessas contradições e das suas explicações, e as opções de saída que a análise nos traz (uma análise que fecha todas as opções não serve para nada). Logo,
 - Por um lado, a consistência é construída em torno de paradigmas, que organizam a informação de diferentes maneiras, geram diferentes tipos de interpretações e chegam a diferentes conclusões.
 - O ganho em consistência analítica e capacidade de explicação implica um *trade off* com a quantidade de informação incluída – quer dizer, alguma informação é perdida para se ganhar poder analítico, nova informação é gerada (reflectindo interrogações mais e mais profundas das observações simples e primárias)

Discussão sobre o método e o papel da Academia de Ciências

- Há uma diferença entre o que é simples e observável e a descrição analítica da observação. Por exemplo, mais de metade da população de Moçambique sobrevive com um rendimento claramente inferior a US\$ 1 por dia (abaixo da linha da pobreza). Esta é uma descrição simples possível da economia com base numa observação. A explicação desse fenómeno – porque é que mais de metade da população de Moçambique vive abaixo da linha da pobreza – pode ser outra observação simples (porque o rendimento *per capita* é baixo). Mas o rendimento *per capita* médio é US\$ 2,5 por dia, então porque é que mais de metade da população recebe menos de US\$ 1 por dia? Esta pergunta requer uma explicação sobre porque é que ganhos do rápido crescimento económico são desigualmente apropriados. Isto é, outra explicação é requerida – por exemplo, diferentes pessoas têm diferentes capacidades empreendedoras de tirar benefício do crescimento (abordagem do individualismo metodológico, focada em capital humano). Mas esta explicação não esclarece como é que o crescimento ocorre, como é que as diferenças entre pessoas emergem, porque é que tais diferenças adquirem dimensão social (por exemplo, de género, entre zonas urbanas e rurais, entre norte e sul, entre gerações, entre diferentes tipos de trabalho, etc.). Para esclarecer isto é preciso outra explicação, mais complexa que a anterior e mais sensível a elaborações paradigmáticas: relacionada com desigualdade social na distribuição do rendimento real devido às estruturas e dinâmicas sociais de produção e consumo, ao padrão afunilado de produção, ou ao processo extractivo de acumulação económica, ou ao desequilíbrio funcional entre acumulação e consumo, etc. Na essência, para explicar porque é que mais de metade da população vive abaixo da linha da pobreza e para encontrar opções reais no contexto do funcionamento e contradições da economia nacional, é necessário explicar o processo de acumulação capitalista em Moçambique.

Discussão sobre o método e o papel da Academia de Ciências

- Explicações mais complexas fazem uso de leituras mais e mais elaboradas analiticamente – portanto, mais e mais sensíveis aos paradigmas usados – das observações simples e já não são observações simples. O PIB, a população e a inflação são conceitos simples (embora já resultem de uma elaboração analítica que estrutura informação de uma certa forma). PIB *per capita* e PIB real são abstracções maiores; muito mais complexa é a noção da composição sectorial do PIB e, ainda mais, o conceito de composição social do PIB (que implica haver significado social na estrutura produtiva). Um conceito como “economia extractiva” já é uma abordagem paradigmática muito mais complexa ainda, pois olha para um modo de acumulação na sua totalidade – isto é, o fio condutor dentro da economia e sociedade como um todo.

Discussão sobre o método e o papel da Academia de Ciências

- A construção destes modelos mais complexos exige novos conceitos – por exemplo, o conceito “distribuição social”, em vez de apenas “distribuição”, o conceito “rendimento real”, em vez de apenas “rendimento”, o conceito “padrão de produção”, em vez de apenas “quantidade de produção”, o conceito “acumulação como processo social” em vez de apenas “produção como acto individual”, a ideia “distribuição associada com padrão de produção ou de acumulação”, em vez de “distribuição pós-produção” (como processo autónomo e exógeno em relação à produção e ao processo social de acumulação), “acumulação e consumo como funções fundamentais da economia”, em vez de como componentes a-sociais do PIB, etc.. Cada conceito novo e mais complexo reflecte perguntas sociais e o desenvolvimento de paradigmas de análise social – não são apenas necessidades técnicas resultantes de interrogações mais profundas das observações simples, pois as interrogações vão ficando cada vez mais profundamente sociais.

“Paradoxos” da Economia de Moçambique

- Um ponto de entrada para começar a pensar em questões relevantes sobre a economia de Moçambique é identificar as inconsistências e contradições não explicadas pela maneira comum de pensar no seu funcionamento geral.
- Algumas das percepções comuns sobre a economia (do tipo “dada a condição X e o mecanismo f de transmissão, o efeito Y deve resultar”) são as seguintes:
 - Se a economia cresce rapidamente e por um longo período, os cidadãos dessa economia devem estar a ficar mais ricos, a economia deve estar a ficar mais diversificada, e a produtividade geral da economia deve, igualmente, estar a aumentar rapidamente.
 - Se o rendimento *per capita* aumentar rapidamente e de forma sustentada no tempo sem que desigualdade monetária (distribuição do rendimento nominal por segmento da população, dado pelo coeficiente de Gini) aumente, a pobreza tem que estar a reduzir a um ritmo proporcional ao crescimento.

“Paradoxos” da Economia de Moçambique

- Se o rendimento *per capita* estiver a crescer rapidamente de forma diversificada, o emprego deve estar a aumentar para vários tipos e níveis de qualificações, e ligações e diversidade tecnológicas devem estar a desenvolver-se.
- Se este crescimento do rendimento for impulsionado por exportações e, dada a diversificação, estiver a gerar substituição efectiva de importações (ou ligações a montante e jusante), então a economia deve estar a ficar mais sustentável num ritmo de algum modo proporcional ao crescimento.
- E assim por diante. Estes são exemplos de relações mais ou menos esperadas, consistentes com uma certa maneira de pensar na economia.

“Paradoxos” da Economia de Moçambique

- O que é que acontece se as observações (a realidade observável) não forem consistentes com estas expectativas? O que se faz se a maneira comum de pensar no funcionamento geral da economia não conseguir explicar as contradições entre o observável e as expectativas? À volta destes paradoxos (contradições entre o observável e o esperado que não são explicáveis pelas abordagens comuns) vão surgir as interrogações mais relevantes e interessantes sobre a economia.
- Estes paradoxos (contradições entre o observável e as expectativas que não explicáveis pelo modelo comum de funcionamento geral da economia) referem-se a contradições essenciais (não apenas a diferenças de magnitude) com as expectativas.

“Paradoxos” da Economia de Moçambique

- Neste caso, temos que questionar o que pensamos que sabemos e começar de novo:
 - Ou as “observações”, no sentido de percepção/medição (do Mundo real, podemos ter não mais do que aquilo que “medimos” – em sentido lato – desse Mundo real), estão “erradas”.
 - Ou a maneira de pensar no problema, que conduz às observações, está errada.
 - Ou a maneira de pensar no funcionamento da economia – que liga um fenómeno mensurável (por exemplo, crescimento do PIB per capita) com outro fenómeno mensurável (por exemplo, redução da % da população que vive com menos de US\$ 1 por dia) por via de um mecanismo de transmissão (por exemplo, a distribuição do rendimento nominal por segmento da população) – está errada.
- Então, paradoxos são um bom ponto por onde começar a interrogar as contradições da economia e dos paradigmas de análise. Se as expectativas diferem do observável; e se o paradigma não consegue explicar estas contradições, então temos um ponto de partida interessante para a análise.
- Existem paradoxos na economia de Moçambique? Sim, claramente.

“Paradoxos” da economia de Moçambique

“Factores positivos”

- Δ PIB per capita média dos últimos 10 anos $\approx 5,5\%$ (Δ acumulado \approx de 71% para o período) e coeficiente de Gini $\approx 0,42$ (alto, mas sem alteração)
- Investimento privado $\approx 10+$ biliões de USD nos últimos 10 anos
- Inflação a um dígito, $\approx 7,5\%$ média por ano desde 2002
- Elasticidade das exportações relativamente ao investimento aumentou significativamente com impacto na melhoria da balança comercial

“Paradoxo” correspondente

- Redução do índice de pobreza nos últimos 10 anos: estatísticas divergem de acordo com método, mas resultado em cada caso mostra alta e crescente ineficácia do Δ PIB em reduzir pobreza; População pobre $\approx + 2$ milhões; Severidade da pobreza com tendência a aumentar; significativa diferenciação entre zonas.
- Produção alimentar per capita deteriorou, em média, 0,7% ao ano nos últimos 10 anos (Δ acumulado \approx de -8% para o período); produtividade média na economia (sem grandes projectos) não aumentou; criação líquida de novos empregos: estatística varia muito e é de muito má qualidade, mas indica crescimento pouco empregador; contracção da diversificação e articulação produtiva e da substituição de importações (ligações a montante e jusante)
- Inflação de bens alimentares $\approx 11,3\%$ ao ano, média, desde 2002 ($\approx 50\%$ mais alta que inflação média). Aumento da desigualdade na distribuição real do rendimento e redução das possibilidades de crescimento intensivo em trabalho.
- Défice da balança de pagamentos não reduziu proporcionalmente e tende a aumentar quando as grandes empresas são mais lucrativas; taxa de cobertura das importações (excluindo grandes projectos) é apenas 10% melhor do que era no fim da guerra (20 anos atrás); saída de capitais (lícita e ilícita) equivale entre 7% e 9% do PIB por ano, absorvendo todo o crescimento; base fiscal desligada da produção; financiamento do Estado via dívida ou donativo.

“Paradoxos” da economia de Moçambique

- Apesar do forte crescimento económico, um dos mais fortes em África, sem agravação da desigualdade monetária, no período em análise a pobreza não reduziu substancialmente em nenhum dos elementos fundamentais (proporção, número de pessoas, severidade). O número de pobres aumentou consideravelmente (com acentuadas diferenças entre regiões), apesar de o aumento da pobreza ser ligeiramente inferior ao aumento da população. Como se explica isto?
- Apesar do forte investimento privado, um dos mais fortes em África, a base produtiva afunilou, ligações a jusante e montante (substituição de importações) reduziram, e a economia não é mais capaz do que antes de se “alimentar” – alimentar as pessoas e os processos produtivos.
- Apesar de o novo grande investimento ser praticamente todo orientado para exportação, o défice da balança de pagamentos não parece responder aumento da elasticidade das exportações relativamente ao investimento. A economia não está significativamente mais capaz de importar e não absorve os ganhos com as exportações, além de não conseguir substituir importações; a base fiscal está desligada da produção; logo, os equilíbrios macroeconómicos tradicionais continuam a ser mantidos por via da ajuda externa e dívida.

“Paradoxos” da economia de Moçambique

- Há indícios que, em alguns anos – particularmente quando os mega projectos são mais rentáveis – o saldo líquido de fluxos de capitais é negativo (quer dizer, o que sai da economia supera o que entra, mesmo quando todo o IDE e a ajuda externa são contabilizados). Isto deve-se ao efeito das transferências lícitas (permitidas por lei via incentivos fiscais) e ilícitas (violação da lei, como, por exemplo, subvalorização das receitas e sobrevalorização dos custos das grandes empresas). No total, estima-se que a economia perca 7%-9% do PIB anualmente por efeito das saídas lícitas e ilícitas de capitais.
- Apesar do défice crónico e agudo da balança de pagamentos e da fraca absorção dos ganhos de exportações, a moeda nacional apreciou relativamente a algumas das principais moedas de troca internacionais, e tem-se mantido num nível considerado sobrevalorizado. Como se explica isto?

À procura de soluções para os “paradoxos

- Se existe um (ou mais) paradoxo(s), que interrogações são levantadas sobre o que sabemos, como pensamos e que perguntas fazemos? A investigação tende a evoluir para eliminar o(s) paradoxo(s), isto é, para encontrar respostas lógicas e consistentes dentro do sistema, ou construir uma nova explicação (ou novo sistema de análise) que não sofra deste(s) paradoxo(s).

À procura de soluções para os “paradoxos

- Uma das abordagens é questionar a informação. Portanto, assumindo que o modelo analítico é correcto, corrigir a informação que é gerada. Até aqui, as correcções à informação sobre a economia de Moçambique fizeram variar a magnitude das inconsistências e contradições, mas não conseguiram eliminá-las nem explicá-las. Por exemplo, ajustamentos à metodologia de análise da evolução da % da população vivendo em pobreza permitem reduzir a taxa de variação desta % entre 1996 e 2002, e assim aumentar esta taxa entre 2003 e 2010 – quer dizer, a % da população pobre não reduziu tanto no primeiro período como se estimou antes, mas reduziu mais no segundo período do que as estatísticas oficiais da altura mostraram. Mas estas diferenças são apenas de magnitude, pois os vários métodos aproximadamente convergem no que diz respeito à taxa total de variação da % da população pobre entre 1996 e 2010, confirmam que o número de pobres aumentou no segundo período (2003-2009), e revelam que a elasticidade da pobreza relativamente ao rendimento é muito baixa e está a diminuir. Portanto, mesmo com variação de métodos, parâmetros e magnitudes, o problema permanece. Dado que o coeficiente de Gini (que mede a distribuição do rendimento nominal por segmento da população) permanece estável, o paradoxo consiste no seguinte: como é que a economia cresce tão depressa e a pobreza não diminui, apesar de a desigualdade monetária permanecer estável?

À procura de soluções para os “paradoxos

- Outra correcção aos dados será a substituição do Produto Interno Bruto (PIB), valor acrescentado gerado em território nacional, pelo Produto Nacional Bruto (PNB), que é o PIB ajustado pelas transferências líquidas com o exterior, isto é, o valor acrescentado que de facto fica para a economia nacional. Este método reduz significativamente a taxa de crescimento do valor acrescentado da economia nacional, pelo que usando-o é possível argumentar que as taxas de redução da pobreza e de crescimento da economia (medida pelo PNB e não pelo PIB) não estão tão desalinhas como estão quando o crescimento económico é medido pelo PIB (vez de pelo PNB). O uso do PNB é interessante como opção, mas:
 - Não resolve a questão de a elasticidade da pobreza relativamente ao crescimento económica estar a reduzir significativamente, pois o nível de pobreza ainda é demasiado alto para se poder recorrer ao argumento de retornos decrescentes;
 - Introduce outro problema – porque é que o PNB é significativamente menor que o PIB e a sua taxa de crescimento é muito mais suave que a do PIB?

Portanto, a introdução do PNB não explica os paradoxos mas, ajuda a revelar novas dimensões desses paradoxos.

À procura de soluções para os “paradoxos”

- Outras abordagens procuram resolver o paradoxo (incapacidade de explicar a contradição) assumindo que a contradição real resulta de algum erro ou choque conjuntural e particular (portanto, não há paradoxo mas um erro factor de distorção removível, em vez de uma contradição sistemática não explicável), e procuram soluções (remoção do factor de distorção) para cada uma das contradições isoladamente das outras, focando:
 - Umab abordagem em políticas monetárias de contenção da inflação geral sem olhar para a composição ou estrutura social da inflação nem para o impacto das políticas monetárias nas opções produtivas;
 - Outras abordagens em aspectos mais específicos, das políticas industriais às agrárias, das sementes à educação, do emprego ao financiamento, etc..
 - Outras, ainda, em aspectos institucionais: descentralização, governação participativa, etc., sem no entanto lidar com esta questão no contexto de uma economia que está sendo construída em torno do grande capital extractivo.

Em qualquer dos casos, a aparente solução de um problema, isoladamente de outro, cria sempre outras contradições (que se tornam em novos paradoxos) e, por vezes, agrava as contradições (e paradoxos) já existentes (por exemplo, a contenção monetarista da inflação reduz a competitividade da economia pelo seu impacto na apreciação da taxa de câmbio, e pelo seu efeito perverso na capacidade de mobilizar recursos domésticos para investimento e para geração de emprego em grande escala). Portanto, esta abordagem, paradoxo a paradoxo, que não reconhece a natureza sistemática das contradições (e, com esta “falta” de reconhecimento pretende que não há paradoxos) também não consegue responder às questões.

À procura de soluções para os “paradoxos”

- Portanto, as contradições persistem e as tentativas de explicá-las mudando indicadores e parâmetros, ou abordando cada contradição isoladamente, não resolvem o problema da análise e tende a agravá-lo.
- É, portanto, necessário um fio condutor comum que explique a relação e associação entre os vários fenómenos e paradoxos e os explique e resolva. É improvável que cada coisa aconteça por si, e que a economia tenha tantas contradições internas em equilíbrio por longo tempo. Deve, e tem que, haver uma explicação para o conjunto e não apenas para cada uma das partes isoladamente.
- Quer dizer, os “paradoxos” devem ser apenas aparentes porque não existe uma contradição entre factos que não seja explicável pelo comportamento geral da economia...desde que o quadro analítico da economia seja adequado. Logo, é necessário olhar para o quadro analítico e, muito provavelmente, alterá-lo.

À procura de soluções para os “paradoxos

- Moçambique está numa fase de construção social e histórica que é dominada pela luta e pela contradição entre os processos de acumulação capitalista primitiva e a satisfação das necessidades mais básicas das pessoas de uma maneira geral. Este conflito é tão mais visível quanto a maioria da população vive abaixo da linha da pobreza, e a maioria dos que estão acima dessa linha são extremamente vulneráveis e podem cair na pobreza profunda facilmente.
- Ao mesmo tempo, as classes média e rica (bastante pequenas numericamente) estão em expansão e consolidação e têm uma base de acumulação predominantemente especulativa e rendeira. Estes grupos dominam as instituições, a vida política, o controlo do acesso a recursos, a informação sobre os recursos e o investimento, os processos legislativos, as ligações internacionais e as ligações económicas mais fortes.
- Mas estas contradições são de natureza social, política e económica – quer dizer, elas são geradas pelo modo de acumulação económica. Portanto, a existência destas contradições não significa a existência de paradoxos – isto é, de contradições entre factos que não podem ser explicadas pelo modelo de acumulação económica. Pelo contrário, estas contradições são perfeitamente explicáveis, desde que o modo de análise da economia mude.

À procura de soluções para os “paradoxos”

- Alcançar esta explicação requer quatro mudanças fundamentais no método de análise: (i) tratar da totalidade antes das partes e assumir que o todo e as partes estão orgânica e coerentemente relacionados; (ii) focar no sistema de acumulação isto é, do sistema de produção, apropriação, distribuição, utilização e reprodução cumulativa do excedente, e tratá-lo como unitário (quer dizer, os elementos do processo de acumulação são diferentes fases e momentos da unidade, e não questões separadas entre si); (iii) eliminar preconceitos iniciais e procurar a consistência entre o que aparentemente não faz sentido – se existe, faz sentido (ou existiria apenas por breve período ou não generalizado); é o método de análise que pode por ou tirar sentido nas coisas. Portanto, o foco da análise deve incidir sobre a descrição consistente do que existe e não sobre o que está em falta; e (iv) a unidade do sistema de acumulação requer uma análise de economia política, isto é, como é que as forças sociais e políticas e as relações de poder, propriedade e controlo se relacionam entre si e com as ligações e pressões económicas, formando o sistema de acumulação.

Modo de acumulação de capital como quadro analítico que explica o funcionamento da economia de Moçambique – “economia extractiva”

- Se em vez de prestarmos atenção apenas às **taxas** de variação (do PIB, da pobreza, da inflação média, do investimento, etc.) concentrarmos a atenção nos **padrões** de variação (que, além das taxas, incluem a composição social, económica e técnica da variação a níveis desagregados), descobrimos o fio condutor que une os vários “factores positivos” e “paradoxos” da economia, isto é, como é que crescimento económico rápido e sustentado no tempo e as altas taxas de investimento são consistentes com pobreza, dependência (do Estado mas, muito maior ainda, do investimento privado), fragilidade económica geral e afunilamento da base produtiva.
- Isto é, é necessário encontrar o fundamento das mudanças, variações e transformação económica, e das constradições económicas e sociais a elas associadas, com base numa análise da lógica de funcionamento do sistema económico nacional e local, na perspectiva de que é mais importante compreender as dinâmicas sociais, económicas e políticas do que medir a taxa de variação da riqueza e da pobreza. Esta é a única base sobre a qual podem assentar políticas efectivas de solução das .

Modo de acumulação de capital como quadro analítico que explica o funcionamento da economia de Moçambique – “economia extractiva”

- No essencial, o argumento que a seguir se apresenta pode ser resumido no seguinte: o sistema de acumulação (produção, apropriação, distribuição, utilização e reprodução cumulativa do excedente) em Moçambique está articulado predominantemente em torno da ligação entre o capital nacional e internacional que, por razões históricas, gera uma economia de natureza extractiva que, por construção, é porosa. As políticas públicas (monetária, fiscal e de investimento) exacerbam a porosidade da economia o que reproduz, em cada ciclo económico, o seu carácter extractivo e poroso, e assim por diante. Logo, pobreza, dependência e fragilidade económica mais geral são produtos do sistema de acumulação em vez de serem “paradoxos”.

Modo de acumulação de capital como quadro analítico que explica o funcionamento da economia de Moçambique – “economia extractiva”

- A ligação de dependência entre o capital nacional e internacional emerge do contexto histórico específico do desenvolvimento do capitalismo nacional em Moçambique: débil no período colonial, desencorajado na primeira década após a independência nacional, rendeiro e dependente da privatização formal, informal e, por vezes, ilegal dos activos produtivos e financeiros do Estado na primeira década de reformas económicas, e, a partir da segunda década de reformas económicas, necessitando de rápida e significativa capitalização e mercados de grande escala para poder sobreviver em face da penetração do grande capital internacional.

Modo de acumulação de capital como quadro analítico que explica o funcionamento da economia de Moçambique – “economia extractiva”

- O acesso privado aos recursos naturais é garantido pela propriedade pública desses recursos, que os torna flexíveis, baratos e acessíveis para as elites políticas e económicas. Na ausência de uma estrutura produtiva diversificada e de uma estrutura financeira desenvolvida, o acesso e o controlo dos recursos naturais (incluindo por via da expropriação da propriedade pública e da pequena propriedade pessoal) tornou-se no mais seguro “capital” da burguesia capitalista emergente em Moçambique. Esta particularidade histórica combina-se organicamente com o interesse do grande capital na extracção de recursos naturais e reproduz um padrão de desenvolvimento do passado colonial ligado a uma economia especializada na exportação de produtos primários não processados, *commodities*, e com fracas ligações internas.

Modo de acumulação de capital como quadro analítico que explica o funcionamento da economia de Moçambique – “economia extractiva”

- Neste quadro, o historicamente recente interesse do grande capital nacional pelas reservas de recursos minerais e hidrocarbonetos é uma particularidade histórica e não uma mudança de paradigma de desenvolvimento. Quer dizer, o carácter extractivo da economia está enraizado na estrutura de produção e acumulação criada com a penetração do capitalismo em Moçambique desde o início do séc. XX.
- A economia de Moçambique é extractiva na medida em que a produção, o emprego, as qualificações, as infraestruturas, a logística, as finanças, o comércio, a geração e apropriação de rendas e o sistema mais geral de acumulação estão construídos para serem consistentes com uma base produtiva crescentemente afunilada, desarticulada entre si, que não alimenta a economia como um todo e não processa e transforma, que extrai e se organiza eficazmente para extrair e para acumular o excedente em mais extracção, mas que não cria.

Modo de acumulação de capital como quadro analítico que explica o funcionamento da economia de Moçambique – “economia extractiva”

- Esta definição aplica-se não apenas às indústrias extractivas clássicas (mineiras, hidrocarbonetos), mas a toda a economia. Portanto, “economia extractiva” não depende do domínio da indústria extractiva sobre a economia. Esta análise é consistente com os dados estatísticos já inúmeras vezes apresentados:
 - O valor acrescentado da agricultura, do turismo, da indústria, das pescas, é o mais próximo possível do nível primário, e estas actividades não se relacionam entre si. Não se alimentam mutuamente, nem com matérias primas, nem com força de trabalho, nem com mercados, e competem entre si por recursos (terra, água, força de trabalho, capital e infraestruturas) e por rendas. Logo, a primeira condição para a porosidade (incapacidade de mobilizar e utilizar na economia como um todo o excedente gerado para acumulação) está criada.

Modo de acumulação de capital como quadro analítico que explica o funcionamento da economia de Moçambique – “economia extractiva”

- Os fluxos de recursos financeiros são predominantemente externos, determinados pelas tendências globais do capitalismo internacional e pelo papel de Moçambique na estratégia e na divisão internacional do trabalho definidos pelo capital multinacional, sendo a economia extractiva e porosa consistente com esta condição.
- A mobilização destes fluxos externos de capital é feita por via de políticas (ou práticas, na ausência de políticas mais consistentes) fiscais, monetárias e de investimento que alocam os recursos nacionais a baixo custo e reduzem significativamente a acumulação social possível com investimento privado. Investidores externos procuram recursos, e não diversificação e articulação da base produtiva, pelo que ou não reinvestem, ou reinvestem na criação das condições logísticas para mais extracção. Por isto, a porosidade da economia extractiva é exacerbada, a economia não consegue mobilizar excedente e cada ciclo de acumulação privada aumenta a natureza extractiva e porosa da economia, bem como o endividamento público.

Modo de acumulação de capital como quadro analítico que explica o funcionamento da economia de Moçambique – “economia extractiva”

- Investimento em indústrias de acabamento, montagem ou empacotamento ou na produção de produtos agrícolas (por exemplo, soja ou arroz), em si não altera este padrão extractivo e poroso da economia. O que importa não é o produto, mas como é que a produção e o excedente entram no processo de acumulação nacional.

As indústrias de montagem ou empacotamento, sem raízes no tecido produtivo nacional, tendem ou a virar-se exclusivamente para exportação – exacerbando a economia extractiva e porosa – ou, se viradas para o mercado doméstico, dependem da capacidade de acumulação gerada pelo resto da economia. Num quadro extractivo e poroso, com mercados domésticos pouco dinâmicos por causa do modo de acumulação, estas indústrias sobrevivem na margem da crise (a história dos últimos 15 anos da economia colonial mostra isto claramente).

Além disso, se, por exemplo, o arroz ou a soja forem produzidos para aumentar substancialmente a quantidade de comida comercializada dentro da economia e reduzir substancialmente o custo da comida para as pessoas que trabalham, então fomentam e sustentam emprego competitivo mas gerador de níveis de vida decentes, unindo transformação industrial, criação de emprego assalariado decente, crescimento e redução da pobreza. Se o arroz for apenas produzido para exportar e não gerar rendas sociais substanciais que permitam investir na diversificação e articulação económica, então do ponto de vista meramente económico não há grande diferença entre o arroz e as areias pesadas.

Modo de acumulação de capital como quadro analítico que explica o funcionamento da economia de Moçambique – “economia extractiva”

- Dado que o capital nacional emergente se desenvolve em relação com e na dependência do capital internacional, os interesses e oportunidades objectivos de ambos coincidem no essencial, podendo diferir, essencialmente, no que diz respeito à partilha das rendas dos recursos entre si. As práticas do governo de usar os recursos naturais para promover “empreendedores” privados nacionais, em vez de se ocupar com a socialização das rendas e sua utilização e reprodução, exacerba esta aliança que se torna política e económica. As parcerias público-privadas no grande investimento de infra-estruturas, com o Estado a suportar as dívidas e o grande capital a gerar lucros, é consistente com o padrão de acumulação. Portanto, projectos como a segunda circular de Maputo, a ponte da KaTembe, o metro de Maputo, a linha férrea Sul-Norte, os US\$ 5 biliões em infraestruturas para o carvão, os grandes aeroportos, etc., fazem sentido económico no quadro da reprodução de um modo de acumulação extractivo. Mas não resolvem o problema dos transportes públicos, das ligações entre aldeias e entre centros produtivos, do desenvolvimento da base intermodal de transporte que ligue a economia nacional.

Quer dizer, estas aplicações de recursos são racionais e consistentes com a reprodução de um certo modo de acumulação – por isso a economia cresce depressa – mas não servem para transformar a economia e a sua base social – por isso a economia afunilou e a pobreza mais ou menos estagnou.

Modo de acumulação de capital como quadro analítico que explica o funcionamento da economia de Moçambique – “economia extractiva”

- A dependência externa do orçamento do Estado é explicada com esta base – a incapacidade de mobilizar e reproduzir recursos domésticos. Mas esta incapacidade não é dada nem é natural. Ela vem na sequência das opções económicas, isto é, da opção feita pela utilização dos recursos naturais como plataforma de acumulação privada num contexto extractivo em prejuízo da acumulação social num contexto de diversificação e articulação da base produtiva. Mas o Estado tem que manter-se legítimo e realizar parte do seu papel de fornecer bens públicos úteis à reprodução do capital. A ajuda externa joga o papel perverso de permitir um capitalismo sem responsabilidade fiscal e social (o equivalente nas economias desenvolvidas são os severos cortes na despesa social pública, que em Moçambique seriam impossíveis de aplicar sem uma crise humanitária sem precedentes e sem uma revolta generalizada). Por outro lado, a esterilização da ajuda externa para manter o controlo da massa monetária torna a economia menos competitiva e aumenta os custos do dinheiro para todas as formas de capital (o capital extractivo externo não é afectado por isto). Como a ajuda externa não é directamente aplicada na diversificação da base produtiva, o seu impacto no aumento dos custos de capital e redução da competitividade da economia não é compensado.

Modo de acumulação de capital como quadro analítico que explica o funcionamento da economia de Moçambique – “economia extractiva”

- Em face da “crise da ajuda externa” (política e fiscal), o governo tem que recorrer à mobilização de créditos comerciais internacionais que (1) aumentam o custo financeiro do financiamento do Estado; (2) distorcem a política pública de investimento a favor dos grandes projectos de investimento, consolidando a economia extractiva e porosa.
- Alternativamente, o governo recorre ao endividamento doméstico, que contribui para agravar os custos do capital, gerar um sistema financeiro com maior apetência especulativa e colocar pressões para apreciação da taxa de câmbio.
- Há, evidentemente, uma solução para este dilema de financiamento público, que é a mobilização da base fiscal ociosa que já existe (não a futura, que é futura, mas a actual, que está disponível agora), nomeadamente: a que depende da renegociação dos acordos fiscais com os mega projectos, a que depende do aumento substancial das taxas de terra para explorações comerciais de grande envergadura, a que depende da tributação dos lucros da actividade financeira e da exploração passiva da propriedade, a que depende de uma gestão mais racional dos recursos naturais (como será discutido na apresentação seguinte).

Modo de acumulação de capital como quadro analítico que explica o funcionamento da economia de Moçambique – “economia extractiva”

- Os fluxos de recursos monetários externos, conjugados com o défice público, conspiram com a tendência monetarista do Bando Central para gerar uma política de enxugar a liquidez da economia para financiar o défice e manter os alvos de inflação. Esta política acelera o processo de financeirização do capitalismo em Moçambique – o sistema financeiro torna-se especulativo, os grupos económicos nacionais de maior envergadura crescem especulando com activos financeiros associados a recursos naturais e infra-estruturas, o metical aprecia reduzindo a competitividade da economia em tudo o que não seja extractivo, o custo do capital aumenta para todos os que têm que recorrer à banca nacional. Logo, as alternativas de diversificação e articulação produtiva são substancialmente reduzidas.
- A política monetária tenta atingir dois objectivos com uma acção – conter a inflação em face do quadro macroeconómico descrito e funcionar como almofada anti-revolta por manter as importações de bens básicos de consumo a baixo custo. Mas o preço disto é a incapacidade de produzir e de gerar emprego em grande escala (competitivo, produtivo e decente). Dada a porosidade da economia, sem ajuda financeira externa, sem dívida e sem enxugar liquidez da economia (com os custos sociais enormes já explicados), não é possível sustentar um nível crescente de importações de bens de consumo que a geração massiva de emprego iria implicar.

Modo de acumulação de capital como quadro analítico que explica o funcionamento da economia de Moçambique – “economia extractiva”

- De facto, se o Banco Central se quer ocupar com inflação, então entenda qual é o problema da inflação. Não é um problema geral, agregado, de inflação média mas um problema de estrutura social da inflação (a inflação dos preços dos bens básicos de consumo, particularmente alimentos, que nos últimos 10 anos tem sido sistematicamente 50% mais alta que a inflação média) e balanços macroeconómicos de natureza não monetarista (entre as funções sociais básicas da economia capitalista, acumulação e consumo).
- Dado que os grupos de menor rendimento gastam uma proporção maior (cerca de 85%) do seu “orçamento” em bens alimentares do que os grupos de maior rendimento (cerca de 35%), se a inflação dos preços de bens alimentares exceder significativamente a inflação média, o rendimento real na economia é redistribuído em prejuízo dos grupos de menor rendimento. O resultado é ou o aumento da pobreza, ou a pressão social para aumento dos salários nominais, o que pode tornar o emprego não competitivo. A promoção do emprego com salários reais decentes requer que os preços dos bens e serviços sociais básicos, em especial de alimentos, não subam à medida em que expande o emprego e aumenta a produção e o rendimento.

Modo de acumulação de capital como quadro analítico que explica o funcionamento da economia de Moçambique – “economia extractiva”

- Os determinantes fundamentais da inflação são a incapacidade da economia de produzir para si eficazmente, de gerar dinâmicas de reprodução e acumulação sustentáveis, e de mobilizar e utilizar o excedente para se diversificar, articular e industrializar. A economia nacional consegue produzir e exportar alumínio, tabaco, algodão, açúcar, gás, areias pesadas e carvão, mas não consegue nem produzir nem fazer circular, a baixo custo, bens alimentares e outros bens e serviços sociais básicos. Esta incapacidade liga o padrão de crescimento com a geração de pobreza.

Modo de acumulação de capital como quadro analítico que explica o funcionamento da economia de Moçambique – “economia extractiva”

- Portanto, como é observável desta análise, todos os processos estão associados entre si e não podem ser pensados separadamente. Ao pensar em soluções, sectoriais ou outras, a questão a sério é como é que as tais soluções enfrentam estes problemas.
- Por exemplo, qual é o papel da agricultura e como é que ele pode ser construído (em vez de assumido)? Como é que uma agricultura produtora de bens alimentares a baixo custo, associada a um sistema logístico que permita apoiar a produção e transformação dos produtos agrícolas, a sua conservação e circulação a baixo custo dentro da economia, pode alimentar processos de rápida proletarização com aumentos significativos dos rendimentos reais dos trabalhadores mesmo que os rácios salário/produto se mantenham competitivos?

Numa economia em que as grandes rendas vão, ou podem, provir dos recursos minerais, deverá a agricultura ter como foco a exportação de bens primários? Ou, alternativamente, deverá ser um ponto de partida para diversificação e articulação da base produtiva e aprofundamento dos processos de industrialização?

Modo de acumulação de capital como quadro analítico que explica o funcionamento da economia de Moçambique – “economia extractiva”

- O compromisso do Estado com o processo político e económico de acumulação capitalista em Moçambique é construído em torno das seguintes questões:
 - Como foi mencionado, a burguesia capitalista moçambicana é de construção social recente, historicamente falando, e em grande medida provem da transformação social e ideológica da elite política nacionalista, que ocorreu ao longo dos vários processos de transição após independência.
 - O “capital” desta burguesia capitalista emergente reside no acesso a recursos naturais, os quais são propriedade do Estado. A nacionalização destes recursos tinha sido um imperativo histórico para repor justiça social e dar ao Estado capacidade política e económica para realizar a transformação socioeconómica pós-colonial. A transformação da elite política nacionalista em burguesia capitalista emergente permitiu “privatizar” *de facto*, se bem que informal ou ilegalmente, o acesso a estes recursos, tornando a acumulação privada de recursos institucionalmente possível e barata [e ideologicamente aceitável numa perspectiva nacionalista limitada, por, segue o argumento, estarem tais recursos nas mãos de moçambicanos]. Sem o Estado e sem o acesso “político” a tais recursos, seria muito mais difícil desenvolver o capitalismo nacional de grande escala.

Modo de acumulação de capital como quadro analítico que explica o funcionamento da economia de Moçambique – “economia extractiva”

- Numa perspectiva nacionalista de visão estreita, a soberania nacional sobre estes recursos naturais depende da capacidade do Estado de desenvolver a burguesia nacional e, nas condições históricas de Moçambique, fazê-lo com base no controlo da propriedade dos recursos naturais.
- Dado que estes recursos não podem ser explorados sem a participação do capital internacional, o ponto crítico reside em como aliar a burguesia nacional e o capital internacional. A maneira de o fazer é expropriar o próprio Estado, privatizando o poder negocial e as rendas dos recursos, o que *de facto* torna a burguesia capitalista emergente em intermediária entre o Estado e o capital internacional – em vez do Estado, é esta que negocia, apropria as rendas e fornece os serviços (por vezes financiados pelo erário público por via das parcerias público-privadas).
- A presença de ajuda externa dá ao Estado o “espaço fiscal” para continuar este processo de acumulação capitalista, do qual o Estado pouco apropria.
- A crise fiscal do mundo capitalista doador coloca novos dilemas para o financiamento do Estado, que são resolvidos com a consolidação da economia extractiva – ou por efeito das opções de despesa pública consistentes com as pressões financeiras criadas pelo endividamento público, ou por efeito do endividamento público doméstico na escassez de custo de recursos financeiros mobilizados domesticamente, dos quais dependem a pequena e média empresa e as possibilidades de desenvolver ligações, articulações e diversificação produtiva.

Modo de acumulação de capital como quadro analítico que explica o funcionamento da economia de Moçambique – “economia extractiva”

- A crise fiscal do mundo capitalista doador coloca novos dilemas para o financiamento do Estado, que são resolvidos com a consolidação da economia extractiva – ou por efeito das opções de despesa pública consistentes com as pressões financeiras criadas pelo endividamento público, ou por efeito do endividamento público doméstico na escassez de custo de recursos financeiros mobilizados domesticamente, dos quais dependem a pequena e média empresa e as possibilidades de desenvolver ligações, articulações e diversificação produtiva.
- Portanto, as políticas públicas (monetária, fiscal e de investimento) exacerbam a porosidade da economia o que reproduz, em cada ciclo económico, o seu carácter extractivo e poroso, e assim por diante. Logo, pobreza, dependência e fragilidade económica mais geral são produtos do sistema de acumulação em vez de serem “paradoxos”.

Modo de acumulação de capital como quadro analítico que explica o funcionamento da economia de Moçambique – “economia extractiva”

- Quer dizer, o quadro analítico utilizado para descrever a economia extractiva como modo de funcionamento da economia de Moçambique resolve os paradoxos no sentido em que os explica (portanto, as contradições deixam de ser paradoxos). Mas as contradições permanecem na sua dimensão de conflito social, político e económico, embora sejam contradições perfeitamente explicadas pelo modo de acumulação.
- Esta análise tem implicações directas para a formulação de política económica – a irrelevância de “receitas” desenvolvidas fora do quadro de economia política, por melhor intencionadas e tecnicamente competentes que tais “receitas” sejam. O processo de acumulação de capital é económico, social e político – explicações económicas ou institucionais fora deste quadro mais completo actuam como uma lista de ingredientes independentemente do bolo que se pretende fazer; ou como um receita de bolo que esteja desligada dos ingredientes disponíveis.

Implicações para redistribuição do rendimento

- Há dois grandes níveis de análise da distribuição de rendimento que são relevantes nesta discussão: macroeconómico, entre funções da economia (acumulação e consumo); e entre sectores, empresas e agregados familiares. Os dois níveis de análise são associados.

Por exemplo, uma economia que cresça rapidamente com base em investimento massivo na exploração de recursos naturais mas com características extractivas e porosas, como a nossa, sofre de um grande desequilíbrio entre acumulação e consumo, pelo que cresce rapidamente mas com inflação dos preços de bens básicos de consumo – logo, o rápido crescimento não é sustentável a longo prazo porque a distribuição de rendimento entre funções (acumulação e consumo) afunila a economia e aumenta, ou pelo menos não reduz com eficácia, a pobreza.

Como é argumentado na literatura económica estruturalista, para cada taxa de investimento e crescimento económico há uma taxa equivalente do crescimento de consumo que evita a inflação. Esta mesma literatura argumenta que uma economia incapaz de produzir para consumo e substituição de importações tende a gerar um padrão produtivo desalinhado das suas necessidades fundamentais e incapaz de alargar o emprego das forças produtivas e os benefícios da produção. Estes dois tipos de problemas são patentes na essência da economia moçambicana.

Implicações para redistribuição do rendimento

- Portanto, a redistribuição do rendimento tem que ser analisado nesta perspectiva mais completa, pois é vital no processo de acumulação. Rendimento, acumulação e consumo não são dissociados.
- Tomando em conta os dois níveis de análise mencionados, é possível fazer uma matriz de distribuição do rendimento em que para cada sector, empresa e agregado familiar o rendimento é redistribuído entre consumo e acumulação. Para cada taxa de acumulação, há uma taxa equivalente de consumo que torna a acumulação possível e sustentável a longo prazo.

Implicações para redistribuição do rendimento

- Três questões centrais devem ser levantadas nesta fase:
 - Uma, é necessário pensar na redistribuição do rendimento como parte orgânica da produção, apropriação, acumulação e utilização desse rendimento.
 - Duas, é preciso pensar na redistribuição do rendimento na economia como um todo, desde as suas funções básicas (acumulação e consumo) até aos vários sectores, empresas e agregados familiares, e a forma como a redistribuição acontece ao nível das funções da economia afecta a redistribuição até aos agregados familiares, e vice-versa.
 - Três, dados os dois pontos anteriores, pensar em como afectar o padrão de redistribuição significa pensar em como afectar o padrão de acumulação. Logo, como veremos mais adiante, redistribuição não é neutra relativamente às dinâmicas sociais de acumulação e às pressões económicas, sociais e políticas que as afectam. Logo, ao pensar em estratégias de redistribuição, é preciso pensar na natureza das questões a resolver em relação com o padrão de acumulação e as suas contradições inerentes.

Implicações para redistribuição do rendimento

- Quais são as contradições da economia que queremos resolver porque as queremos resolver (porque têm retornos sociais mais relevantes? Ou porque oferecem oportunidades mais amplas de progresso? Ou porque geram dinâmicas intergeracionais mais sustentáveis? Ou porque aceleram a taxa de crescimento da economia? Etc.)? A resposta a esta pergunta determina muito das opções respeitantes à redistribuição de rendimento. Vamos olhar para três dos muitos instrumentos de redistribuição para ver as implicações relacionadas com cada um deles para o padrão social de acumulação.

Implicações para redistribuição do rendimento

- Tributar o grande capital e o seu uso dos recursos permite apropriar socialmente (através do Estado) parte das rendas e lucros gerados com recursos públicos (os recursos naturais, da terra à água, dos minerais aos hidrocarbonetos, são públicos). Portanto, há uma valorização social de recursos sociais. Mas isto é apenas uma primeira fase da redistribuição do rendimento (neste caso, de apropriação pública do rendimento).
- A redistribuição efectiva e completa do rendimento requer uma segunda fase de redistribuição, aquela em que se decide o que se faz (como e onde se aplica) a receita pública proveniente desta tributação e se implementa esta decisão. Há várias opções para uso da receita, com implicações diferentes no que diz respeito a opções de desenvolvimento e de redistribuição do rendimento real:
 - A receita pode ser gasta na expansão e melhoria dos serviços sociais públicos (saúde, educação, saneamento, infra-estrutura social, etc.). Esta opção lida com algumas questões relacionadas com distribuição do rendimento real, equidade social e alargamento de opções de desenvolvimento; mas não lida com outras, nomeadamente com o desenvolvimento da base produtiva material diferenciada, alargada e articulada (que requer infra-estruturas e serviços produtivos directos e, naturalmente, uma estratégia produtiva a que tais infra-estruturas e serviços respondam).
 - A receita pode ser usada para desenvolver a infra-estrutura e serviços de apoio ao desenvolvimento extractivo da economia. Esta opção representa uma certa redistribuição da renda para sectores do capital nacional e internacional que possam servir o grande capital, e abre, portanto, opções para um alargamento limitado da base de acumulação. Mas mantém a economia “prisioneira” do núcleo duro da economia extractiva, nomeadamente a exploração directa dos recursos naturais em bruto.

Implicações para redistribuição do rendimento

- Outra opção seria a utilização desta receita para desenvolver a base produtiva directa, nomeadamente. Há várias opções para fazer isto:
 - Primeira, promovendo **ligações a jusante**, quer dizer, processando os recursos minerais e hidrocarbonetos e, eventualmente, desenvolvendo a indústria química e pesada. Esta opção de redistribuição da renda é atractiva em círculos nacionalistas (porque promove o processamento e adiciona valor aos recursos naturais) e em círculos ligados ao grande capital extractivo e financeiro, nacional e internacional (porque multiplica oportunidades de grande investimento em torno da base extractiva já estabelecida). No entanto, esta opção não responde às questões ligadas com a diversificação da base produtiva e pólos de desenvolvimento, substituição de importações e desenvolvimento do mercado doméstico, ou geração massiva de emprego. Esta opção de redistribuição apenas alarga ligeiramente a base de acumulação, mantendo o afunilamento básico da economia, da produção à distribuição da renda, das fontes de acumulação à base de consumo. Para além disto, do ponto de vista económico não é garantido que esta opção seja melhor do que a exportação dos recursos naturais em bruto, dada as escalas e exigências tecnológicas envolvidas, os custos das infra-estruturas, o enviesamento estrutural da economia que é criado (particularmente no caso de uma economia subdesenvolvida), as condições competitivas no mercado e o óbvio domínio do grande capital internacional que se aprofundaria sobre a base económica e financeira nacional.

Implicações para redistribuição do rendimento

- Segunda, promovendo **ligações a montante** dos projectos de grande capital, quer dizer, desenvolvendo a rede de fornecedores de bens e serviços. Esta opção tem mais probabilidades de gerar diversificação da base produtiva, alargamento da redistribuição de rendimento e da base de acumulação e substituição efectiva de importações. Além disso, uma boa base de fornecedores para indústrias exportadoras é equivalente, do ponto de vista económico, a diversificar exportações. Esta opção levanta dois problemas: **(i)** na ausência de outros pólos de desenvolvimento, ou as redes produtivas e financeiras da economia se especializam demasiado em torno de grandes projectos, intensivos em capital, de natureza extractiva; ou não se desenvolvem, dado o risco, para os fornecedores, que está associado com a concentração do seu mercado e do poder monopsonista que esta concentração dá aos compradores (grande capital). No primeiro caso, as redes funcionam como mecanismos de transmissão de crises para dentro da economia, particularmente por estarem associadas com a exportação de *commodities* (produtos primários), cujos mercados e preços internacionais são voláteis. No segundo caso, as redes não se desenvolvem. **(ii)** sem uma estratégia deliberada de usar a experiência e as redes de fornecedores de grandes projectos como trampolim para diversificação (por exemplo, através do seu impacto na redução significativa dos custos marginais de investimento e no aumento da produtividade da economia como um todo), a grande vantagem desta opção desaparece (ou não se concretiza), e a economia fica presa na armadilha (*loop*) da extracção e do fornecimento de bens e serviços à extracção.

Implicações para redistribuição do rendimento

- Terceira, promovendo a ***diversificação paralela*** da economia, isto é, desenvolvendo a base produtiva em torno de outros pólos e fontes de pressão produtiva, que não seja a base extractiva da economia. Esta é a opção que pode oferecer uma base mais alargada e diversificada de produção, comércio e finanças e, portanto, pode promover mais amplas articulações dentro da economia, a substituição mais ampla de importações, a diversificação mais intensa das exportações e a maior dinamização dos mercados domésticos. Além disso, o desenvolvimento das ligações paralelas pode ajudar a tornar as ligações a montante mais úteis para a diversificação da base produtiva, pois as ligações paralelas oferecem outros pólos de fontes de procura e oferta. As ligações paralelas também preparam a economia para o futuro em que os recursos não renováveis estejam esgotados ou já não sejam uma base tão importante de acumulação e desenvolvimento. Além das grandes vantagens da visão intergeracional de desenvolvimento (por permitir “criar” as condições para um futuro com mais e não com menos opções) a diversificação paralela também pode acelerar a passagem da economia para uma fase de industrialização diferente, em que a base de desenvolvimento não são os recursos naturais mas as capacidades científicas e tecnológicas. Finalmente, as ligações paralelas (e a sua relação com as ligações a montante) certamente diversificam a base fiscal e de mobilização de recursos, tornando-a mais dinâmica, menos vulnerável à volatilidade inerente às *commodities*, e mais independente do núcleo duro da economia extractiva.

Implicações para redistribuição do rendimento

Em qualquer dos casos, dadas as características da economia de Moçambique, é bem provável que a combinação destas diferentes opções seja o melhor caminho (por exemplo, a combinação das ligações paralelas e a montante), que as opções variem em função dos recursos específicos (por exemplo, ligações a jusante do gás pode ser significativo para reduzir custos de energia e substituir importações de combustíveis com impacto significativo na balança de pagamentos) e novas opções surjam ao longo do tempo (por exemplo, com uma boa base industrial diversificada por via de ligações a montante e paralelas, já poderá fazer sentido económico desenvolver a indústria química e pesada, e as indústrias de mais intensa base tecnológica, pois haverá procura dos bens e as pressões de gerar emprego serão respondidas por outras actividades na economia).

Implicações para redistribuição do rendimento

- Portanto, a tributação do capital e do seu uso de recursos socializa o rendimento e fortalece o poder do Estado sobre a economia. Mas a questão central é o que é que o Estado faz com esse poder – usa os recursos para ajudar a fortalecer o núcleo duro da economia extractiva; ou para ajudar a desenvolver a periferia desse núcleo duro, aparentemente diluindo o peso da base extractiva da economia; ou para ajudar a diversificar efectivamente a economia, tornando-a mais capaz de satisfazer as suas necessidades de crescimento rápido com geração de emprego decente e sustentabilidade de longo prazo (sustentabilidade, em primeiro lugar, na relação orgânica entre as funções básicas da economia, acumulação e consumo).

Implicações para redistribuição do rendimento

- Uma terceira via de redistribuição do rendimento é pela negociação da penetração do capital nacional na estrutura accionista das grandes empresas. Como este capital nacional é muito pequeno e tende a não realizar financeiramente as suas acções, a tendência deste processo de penetração do capital nacional na estrutura accionista das grandes multinacionais em Moçambique será de usar os recursos naturais e as infra-estruturas como mecanismo de troca – em troca dos quais o capital nacional obtém acções nas empresas. Esta opção gera ligações e benefícios que são limitados aos accionistas, e o seu efeito na economia depende do que os accionistas fazem com os lucros e da relação entre estes lucros – e a sua aplicação – e os custos sociais relacionados com a entrega de recursos e infraestruturas sociais a baixo custo. Numa economia em que a fonte de acumulação é a sua base extractiva, e as ligações financeiras e de serviços a ela associadas, é bem mais provável que estes accionistas nacionais apliquem os seus dividendos em serviços financeiros e outros ligados com o grande capital, assim reproduzindo a base afunilada da economia extractiva.

Implicações para redistribuição do rendimento

- Todos estes, e muitos mais, mecanismos de redistribuição são possíveis e todos respondem a interesses e preocupações sociais, legítimos na óptica dos grupos de interesse que fazem as exigências. Mas a questão a responder é como é que cada um deles aborda e resolve as contradições sociais, económicas e políticas fundamentais associadas à economia extractiva.

Implicações para redistribuição do rendimento

- Há cerca de mês e meio houve uma série de palestras e debates, com audiências diferentes, sobre como usar os recursos naturais em prol do desenvolvimento nacional. Num fórum dominado por pequeno e médio capital nacional, a ênfase do debate foi como reservar quotas para empresários nacionais nas compras que as grandes empresas fazem. Num fórum dominado por interesses financeiros, o debate foi sobre reservar acções para nacionais na estrutura accionista das grandes empresas. Em outros dois momentos, em universidades de Maputo, o debate foi como garantir o acesso a emprego nas grandes empresas.

Todas estas preocupações são legítimas e genuínas, do ponto de vista dos interesses de onde elas vêm. Mas qual é a visão estratégia que permite tratar do conjunto destes interesses respondendo às questões e contradições mais gerais do modo de acumulação em Moçambique?

A transição da economia extractiva para um processo mais amplo e diversificado de industrialização parece ser o caminho. Mas optar por este caminho, nas condições actuais, é quase como fazer uma revolução política, pois esta opção implica desafiar o modo de acumulação dominante e não apenas desenhar algumas receitas técnicas, por mais bem intencionadas que tais receitas possam ser.

Apêndice: respostas a algumas questões do debate

- Durante o debate desta apresentação na Academia de Ciências, foram apresentadas perguntas ou argumentos que podem ser facilmente discutidos recorrendo à lógica da argumentação aqui apresentada. A intenção deste apêndice é conduzir o leitor à discussão dessas perguntas ou argumentos usando a lógica desta apresentação.
- As perguntas ou argumentos apresentados que não têm interesse científico ou relação com o tema não são discutidos neste apêndice.

Apêndice: respostas a algumas questões do debate

Pergunta

Explicar paradoxos ou resolver os problemas do povo? Foi

questionado porque é que esta apresentação se focou em esclarecer paradoxos em vez de se focar na resolução dos problemas do povo.

Resposta

- Primeiro, “esclarecer paradoxos” é o tema da apresentação, escolhido com o propósito de discutir como pensar nas contradições reveladas pelo modo de acumulação em Moçambique de forma unitária (como está amplamente explicado ao longo da apresentação). Nenhum problema pode ser resolvido sem uma explicação da sua natureza – explicação esta que deve ser construída de tal forma que conduza para opções e não apenas para novos paradoxos – contradições não explicáveis pelos abordagens *mainstream*. Quando os problemas revelados não são explicáveis pelas formas predominantes de pensar, surgem os paradoxos. Ao esclarecer os paradoxos, o que fizemos foi mostrar que com um quadro analítico diferente podemos entender as contradições da economia de Moçambique como parte orgânica do modo de acumulação, de tal modo que a resolução dessas contradições é possível com a transformação desse modo de acumulação. Portanto, os “paradoxos” deixam de o ser, pois as contradições passam a ser explicáveis e, por isso, possíveis de ser enfrentadas e resolvidas.
- Segundo, “povo” não é uma unidade analítica cientificamente válida em ciências sociais, pelo que “problemas do povo” são não identificáveis cientificamente e, portanto, não podem ter resposta científica. Qual é o “povo” cujos “problemas” queremos resolver, o que nos dá o direito de pensar que sabemos que problemas resolver e como resolvê-los, em que sistema social de produção e acumulação é que esses problemas se revelam e se situam, e como se revelam e se situam?
- Terceiro, mesmo que as primeiras duas questões não fossem colocadas, palestras não resolvem problemas de nenhum tipo de povo; quando muito, podem ajudar a pensar nas questões ou a identificar questões em que pensar, que é o que esta apresentação tenta fazer.

Apêndice: respostas a algumas questões do debate

Pergunta

Economia extractiva:

Foi questionada a definição da economia moçambicana como extractiva porque o peso da indústria extractiva no PIB ainda é pequeno e o *boom* da indústria extractiva é recente.

Resposta

- A economia de Moçambique é extractiva na medida em que a produção, o emprego, as qualificações, as infraestruturas, a logística, as finanças, o comércio, a geração e apropriação de rendas e o sistema mais geral de acumulação estão construídos para serem consistentes com uma base produtiva crescentemente afunilada, desarticulada entre si, que não alimenta a economia como um todo e não processa e transforma, que extrai e se organiza eficazmente para extrair e para acumular o excedente em mais extracção, mas que não cria.
- A economia extractiva exporta não processado o que produz e importa processado o que consome, sendo os lucros destas transacções acumulados na reprodução do carácter extractivo da economia.

Apêndice: respostas a algumas questões do debate

Pergunta

Economia extractiva (continuação)

Resposta

- Na ausência de uma estrutura produtiva diversificada e de uma estrutura financeira desenvolvida, o acesso e o controlo dos recursos naturais (incluindo por via da expropriação da propriedade pública e da pequena propriedade pessoal) tornou-se no mais seguro “capital” da burguesia capitalista emergente em Moçambique. Esta particularidade histórica combina-se organicamente com o interesse do grande capital na extracção de recursos naturais e reproduz um padrão de desenvolvimento do passado colonial ligado a uma economia especializada na exportação de produtos primários não processados, *commodities*, e com fracas ligações internas.
- Neste quadro, o historicamente recente interesse do grande capital nacional pelas reservas de recursos minerais e hidrocarbonetos é uma particularidade histórica e não uma mudança de paradigma de desenvolvimento. Quer dizer, o carácter extractivo da economia está enraizado na estrutura de produção e acumulação criada com a penetração do capitalismo em Moçambique desde o início do séc. XX.
- Esta definição aplica-se não apenas às indústrias extractivas clássicas (mineiras, hidrocarbonetos), mas a toda a economia. Portanto, “economia extractiva” não depende do domínio da indústria extractiva sobre a economia.

Apêndice: respostas a algumas questões do debate

Pergunta

Indústria extractiva não afecta produção agrícola: Foi argumentado que a causa da baixa produção e produtividade de alimentos não pode ser a indústria extractiva, pois estas actividades não estão em competição.

Resposta

- Se indústria extractiva afecta ou não a produção agrícola é uma questão empírica que pode ser estudada na óptica do conflito sobre recursos (finanças públicas e privadas, terra, água, infra-estruturas e força de trabalho), do impacto da indústria extractiva em variáveis macroeconómicas importantes (taxa de câmbio e taxa de juro, por exemplo, que afectam as possibilidades e competitividade do resto da economia), e dos interesses e incentivos económicos dos investidores.
- Mas esta apresentação é sobre outra dimensão da análise económica – o modo de acumulação com particularidades históricas (descrito como economia extractiva). Este quadro analítico **não** argumenta que a economia extractiva implica **necessariamente** um défice de produção de comida. Argumenta, sim, que a análise das particularidades históricas do modo de acumulação capitalista em Moçambique explica porque é que o défice de produção de comida e a tendência da redução da produtividade na produção alimentar **para o mercado doméstico** são logicamente consistentes com o rápido crescimento económico com base extractiva.
- Por exemplo, a análise do investimento privado na última década mostra que mais de três quartos deste investimento foi para indústrias ou actividades extractivas e infra-estruturas e serviços associados. Para a agricultura foram 11% do investimento privado, e 90% deste valor foi para produção agrícola para exportação sem processamento. Menos de 2% do investimento privado total foi para produção alimentar, e só metade deste valor foi para produção alimentar para o mercado doméstico. A análise do modo de acumulação explica porque é que isto faz sentido, mas não obriga que este seja o resultado.

Apêndice: respostas a algumas questões do debate

Pergunta

Inflação e pobreza: Foi argumentado que a inflação é o pior imposto sobre os pobres e que, por isso, a política monetária deve continuar a dar prioridade ao combate à inflação.

Resposta

- De facto, só o segmento monetarista da escola neo-clássica de pensamento económica é que concorda com este argumento. Mesmo famosos economistas neo-clássicos, como Stiglitz e Lucas (laureados com o Nobel) e Rodrick disputam este argumento.
- A primeira questão a colocar é se de facto o objectivo da política monetária deve ser estabilizar os preços, em si, ou fazer algo mais positivo e dinâmico – promover crescimento e emprego, assegurar o balanço entre acumulação e consumo para sustentar acumulação, etc..
- O segundo ponto de contestação é como é que o “combate” à inflação pode ser realizado sem entender as dinâmicas sociais da inflação – o que a causa e como é que tais factores de causa afectam a economia.
- O terceiro ponto de contestação é como é que o “combate” à inflação por via monetarista (controle da massa monetária) afecta o resto da economia e as oportunidades e opções de transformação.
- O quarto ponto diz respeito ao mecanismo de transmissão da inflação para a pobreza, que ocorre por via da distribuição do rendimento real. Ora, isto significa que a inflação em geral não é a questão que afecta os pobres – pelo menos não afecta mais do que o desemprego, por exemplo. O que, portanto, é importante é a dinâmica social (estrutura ou composição) da inflação, o que é discutido ao longo da apresentação. A estrutura da inflação adquire um dimensão social relevante (portanto, torna-se em dinâmica ou composição social da inflação) quando é afectada pela estrutura da produção e do consumo, e quando os seus efeitos se transmitem via estrutura da produção e do consumo (como é o caso do efeito específico da inflação dos bens básicos de consumo, discutido ao longo da apresentação).

Apêndice: respostas a algumas questões do debate

Pergunta

Papel do Estado: Foi argumentado que o papel do Estado não é produzir mas apenas o de servir como instrumento de distribuição e redistribuição.

Resposta

- O Estado é uma construção social e política com particularidades históricas próprias. Não é, portanto, aconselhável fazer definições rígidas sobre o que o Estado pode ou não, deve ou não fazer. É mais interessante discutir o que faz e como se relaciona com outras instituições sociais (incluindo mercados) em contextos históricos específicos, dadas as particularidades históricas próprias de cada processo de formação do capitalismo e ciclos económicos globais em que se inserem. Por exemplo, a decisão dos Estados nas economias capitalistas em crise de recapitalizar a banca privada à custa do erário público é uma decisão de redistribuição e de estratégia de acumulação específica deste período histórico, e que tem implicações directas na produção e no tipo de capitalismo dominante.
- Também é questionável se o Estado é um instrumento. A evidência histórica mostra que é um campo de luta social, política e económica, e não um simples instrumento.
- Finalmente, como foi mencionado na apresentação, distribuição e redistribuição nem são isoladas da produção, nem são socialmente neutras. Logo, a própria distribuição e redistribuição é parte de dinâmicas de produção e acumulação.

Apêndice: respostas a algumas questões do debate

Pergunta

Ditador esclarecido: Foi argumentado que Moçambique precisa de um ditador esclarecido ou benigno, e não de democracia e transparência como conceitos trazidos de fora da nossa realidade.

Resposta

- A questão é em torno de que interesses, e sobre que questões, deveria ser esse ditador esclarecido? A construção e reprodução da economia extractiva e do seu quadro macroeconómico anda bastante bem, e sob o domínio do capital. Não será já que temos uma ditadura esclarecida? A análise da economia extractiva argumenta que o sistema de acumulação extractivo é “esclarecido”, e não é por falta de esclarecimento que é ineficaz a (ou não tem intenção de) combater pobreza, dependência e vulnerabilidade.
- Como se forma o “esclarecimento” do ditador? Emerge de um processo quasi-divino e a-social (o visionário), ou tem base social? Se tem base social, nem a ditadura nem o esclarecimento podem ser neutros do ponto de vista de interesses de grupo.
- O que garante que o tal ditador esclarecido, uma vez instalado, não perde o seu “esclarecimento”? Sem mecanismos democráticos e transparentes, como lidar com esta questão?
- Do ponto de vista intergeracional, sem mecanismos democráticos como lidar com o sistema de sucessão entre ditadores “esclarecidos”, como identificá-los ou formá-los e escolhê-los?
- Será que democracia e transparência são exigidos quando não se tem o poder, e ditadura é a opção quando a oportunidade de exercício do poder emerge?
- Ou será que a opção por um “ditador esclarecido” significa simplesmente abdicação intelectual perante as dificuldades “resolver problemas”?

Apêndice: respostas a algumas questões do debate

Pergunta

Prova de modelos: Foi argumentado que qualquer nova metodologia de análise ter que ser provada e aprovada pelos *peers* (colegas).

Resposta

- Modelos são validados pela sua consistência teórica, pela sua consistência com a informação observável, pela sua capacidade de resolver as questões que se propõem resolver melhor que outros modelos, pela sua capacidade de resolver essas questões sem criar novos paradoxos, e pela sua capacidade de abrir e iluminar o debate sobre opções de acção.
- Não são pessoas ou organismos que validam ou invalidam metodologias e paradigmas analíticos; é a prática científica e a evidência e contradições que essa prática continuamente revela.
- Modelos ou metodologias de análise não são programas políticos – não vão a votos e não ganham ou perdem validade por efeito do número de votos que recebem.
- Aliás, a história da ciência está cheia de exemplos em que as instituições estabelecidas e os *peers* se opõem a novas formas de pensar, frequentemente somente porque essas novas formas desafiam o conforto ou os interesses do que já está instituído. O progresso da análise científica implica o desafio às normas e consensos. Se todas as gerações de humanos se tivessem limitado a repetir os que os *peers* aceitavam na altura, ainda estaríamos todos na idade da pedra.

Bibliografia de consulta

- Castel-Branco, C. 2002. An Investigation Into the Political Economy of Industrial Policy: the Case of Mozambique. Unpublished PhD Thesis. Univ. of London
- Castel-Branco, C. 2010. Economia Extractiva e Desafios de Industrialização em Moçambique. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava e A. Francisco (orgs.) Economia Extractiva e Desafios de Industrialização em Moçambique. IESE: Maputo.
- Castel-Branco, C. 2011a. Desafios de Mobilização de Recursos Domésticos – revisão crítica do debate. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava e A. Francisco (orgs.). Desafios para Moçambique 2011. IESE: Maputo.
- Castel-Branco, C. 2011b. El milagro económico de Mozambique: una vision crítica. In Claves de la Economía Mundial 2011, ICEX, Madrid.
- Castel-Branco, C. 2012. Fluxos Financeiros Ilícitos em África – recursos escondidos para o desenvolvimento: Reflexões sobre Moçambique.
- Castel-Branco, C. e O. Mandlate. 2012. Da Economia Extractiva à Diversificação da Base Produtiva: que pode o PARP utilizar da análise do modo de acumulação em Moçambique? In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava e A. Francisco (orgs.). Desafios para Moçambique 2012. IESE: Maputo.
- Castel-Branco, C. e R. Ossemame. 2012. Política Monetária e Redução da Pobreza em Moçambique – discussão crítica. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava e A. Francisco (orgs.). Desafios para Moçambique 2012. IESE: Maputo.
- Massarongo, F. e C. Muianga. 2011. Financiamento do Estado com Recurso à Dívida – problemas e desafios. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava e A. Francisco (orgs.). Desafios para Moçambique 2011. IESE: Maputo
- Ossemame, R. 2011. Desafios da Expansão das Receitas Fiscais em Moçambique. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava e A. Francisco (orgs.). Desafios para Moçambique 2011. IESE: Maputo.
- Oya, C. 2012. Crise Global, Crescimento e Desafios para Moçambique e sua Estratégia de Desenvolvimento. In L. Brito, C. Castel-Branco, S. Chichava e A. Francisco (orgs.). Desafios para Moçambique 2012. IESE: Maputo.
- Wuyts, M. 2011. Será que Crescimento Económico é Sempre Redutor de Pobreza – reflexões sobre a experiência de Moçambique. Boletim IDeIAS nº 35P. IESE: Maputo.